

AMÉLIA LUISA DAMIANI*

CIDADES MÉDIAS E PEQUENAS NO
PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO.
APONTAMENTOS BIBLIOGRÁFICOS

A TESE DESTE TRABALHO refere-se ao sentido das diferenças espaciais, enquanto diferenças sociais e econômicas, inerentes a um sistema econômico que se desenvolve a partir da divisão social do trabalho, que tem como projeção espacial a divisão territorial do trabalho. Num determinado momento, chegou-se a pensar nessas diferenciações como diferentes modos de produção agindo simultaneamente, sob o domínio do modo de produção especificamente capitalista. Tratava-se de uma leitura estruturalista-marxista. Alain Lipietz, com seu livro *Le capital et son espace*, está entre os interlocutores desta versão, tendo influenciado significativamente a geografia. Numa interpretação mais interna ao marxismo, define-se a lei do desenvolvimento desigual para incluir, no interior da formação econômico-social, o desigual desenvolvimento de setores produtivos, nações, regiões, cidades, dimensões sociais, culturais, políticas e econômicas do processo histórico como inerente a essa formação.

Tradicionalmente, a Geografia reconheceu essas diferenças espaciais enquanto hierarquias urbanas a partir das quais se estabelecia um feixe diversificado e, ao mesmo tempo, composto de relações, cuja

* Professora Doutora do Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, Brasil.

potência e raio de influência variavam segundo o tamanho dos centros urbanos. Chegou-se a ter como paradigma de desenvolvimento desejável um modelo hierárquico equilibrado, que envolveria uma rede urbana com cidades de diferentes tamanhos, com funções e relações mutuamente atuantes. Um grande hiato, reconhecido como próprio de países subdesenvolvidos, seria a inexistência ou a reduzida quantidade de cidades médias, mantendo as grandes cidades inchadas e incapazes de realizar as expectativas de emprego e vida urbana que atraíam, na ausência dessas estruturas urbanas intermediárias, como modos de equilíbrio socioeconômico. Na outra ponta, prevaleciam pequenas cidades, verdadeiras fronteiras entre processos rurais e urbanos, que absorviam pouco os processos acumulativos próprios da modernidade. O raio de influência de cada cidade, então, variava em função de seu tamanho e, ao mesmo tempo, era definido por este, numa dupla determinação. Especialmente, uma rede urbana equilibrada definia os termos desenvolvidos de uma região ou país. A ausência de cidades de porte médio, própria de países subdesenvolvidos, acabava por conceituá-lo enquanto tal, e determinava a exigência de planejamento territorial, que mantinha como programa o desenvolvimento de cidades médias.

Uma rede urbana em desequilíbrio explicava uma outra característica própria dos países subdesenvolvidos: a macrocefalia urbana, isto é, as grandes cidades, cujo gigantismo, ao mesmo tempo, determinava seus problemas estruturais, exatamente, um crescimento industrial inferior às necessidades de emprego acrescentadas, dado seu grau de atração relativo, comparativamente às outras cidades da região ou país. Então, definia-se uma urbanização descompassada com o crescimento industrial. Um dos grandes mentores deste conhecimento foi o geógrafo Brian Berry, cujos artigos freqüentavam a *Revista Brasileira de Geografia* nos anos 1970. Os projetos de planejamento nacional, nos anos 1970, em todo o mundo propunham o desenvolvimento de cidades médias, ou melhor, na sua versão francesa, as estratégias de crescimento de metrópoles de equilíbrio.

O período atual da globalização define possibilidades de contatos múltiplos entre cidades de todas as dimensões e define uma simultaneidade de comunicação ou uma rede intrincada de relacionamentos, rompendo as estritas hierarquias e, portanto, deve determinar a reconsideração das hierarquias como tradicionalmente propostas: há elos financeiros de agentes financeiros internacionais e toda e qualquer cidade. O planejamento nacional foi substituído por planejamentos estratégicos, envolvendo redes de cidades; cidades estas de mais de um tamanho, num elo direto, sem intermediações assentadas nas hierarquias. Milton Santos em *O espaço dividido* fala da explosão das mesmas, com a globalização.

Ao mesmo tempo, e por isso, o modelo gerencial metropolitano é consagrado e generalizado para toda e qualquer cidade, num processo de consultoria gerenciado a partir das grandes metrópoles. Não só a economia mais moderna tem o domínio dos vários espaços, com distâncias variadas, absolutamente relativizadas pelas novas tecnologias, como o modo de vida metropolitano é simulado em todo e qualquer lugar, negando os tradicionais estilos de vida. A televisão, o cinema e o próprio rádio são veículos dessa generalização do modo de vida moderno. A essa perspectiva, acrescentem-se, ainda, os sistemas de informação e comunicação por computador. Inversamente, e de modo inerente a um processo de acumulação de riquezas contraditório –cuja base real, inclusive, é substituída pela fictícia–, há produção expandida da pobreza e de muitos arcaísmos, que estão presentes na metrópole como alhures: o moderno apresentando-se de modo rudimentar.

Em síntese, o mundo globalizado insere precariamente todos os espaços. Esse é o modo de inserção possível numa sociedade crítica como a moderna sociedade capitalista. Assim, a tese a discutir tem os seguintes termos:

Sabe-se que o processo modernizador não se realiza da mesma forma em todos os lugares. Tem-se que, nas pequenas cidades, ele se poderia apresentar mais residualmente. Contudo, enquanto tal, de modo imanente, o processo do capital põe as diferenças temporais e espaciais: formas pré-capitalistas de produção ou não capitalistas o tempo todo são reproduzidas, simultaneamente, ao modo de produzir especificamente capitalista. A divisão social do trabalho se desdobra numa divisão territorial do trabalho, em que momentos diferentes do processo estão se realizando em diferentes lugares, pondo, assim, diferenças sociais e econômicas. Nesse caso, a análise não é a da existência de descompasso entre o que é mais ou menos moderno.

Assim se desdobra a questão das pequenas cidades: se são a face menos moderna do processo modernizador; a análise é a da simultaneidade dos processos implicados, enquanto as temporalidades e espacialidades diversas são tidas como inerentes, sendo que as grandes cidades concentrariam os elementos dinamizadores e/ou, a rigor, não se pode falar da existência do mais ou menos inserido numa dinâmica econômico-social, que se realiza de modo diferencial.

Desta perspectiva, não cabe considerar as cidades médias como focos modernizadores. O processo detém uma complexidade que não permite refletir somente em termos de difusão.

Por outro lado, numa economia meio real, meio fictícia, reduzem-se, espacialmente, as cidades que guardam fatias importantes do processo modernizador. Países inteiros ficam residual e perversamente inseridos. O ciclo dos negócios se fecha. Nessa economia financeirizada, esta modernização é extremamente volátil, gasta vorazmente recursos

humanos e recursos naturais e migra incessantemente. Uma estrutura urbana, com as hierarquias postas como permanências, tende a ser negada. Há um processo generalizado de desestruturação em curso, que põe a produção e a reprodução de periferias dentro e fora das grandes cidades. Há poucos núcleos que centralizam os recursos voláteis e uma miríade de periferias, sendo produzidas o tempo todo. Evidentemente, há focos desconcentrados de estruturas produtivas e técnicas, que implicam certa potência econômica e técnica desses lugares, que, ao mesmo tempo, definem uma proletarianização ainda mais precária.

A propósito da concepção de cidades médias e pequenas, Milton Santos aponta “um problema de taxonomia”, sendo que “as classificações mais correntes seriam de dois tipos: 1) as que se contentam com o dado demográfico bruto e que distinguem as cidades em função do volume da população (cidades pequenas, médias, grandes e muito grandes); 2) as que se referem a uma classificação funcional... cidades industriais, cidades comerciais, cidades administrativas, etc.” (Santos, 1979: 223). Neste momento propõe uma classificação considerando a capacidade de organização do espaço pela cidade: cidades locais, cidades regionais, metrópoles incompletas e metrópoles completas (Santos, 1979: 223). Avalia que o desenvolvimento industrial e a melhora das comunicações internas de um país remetem a relações diretas entre as cidades de nível inferior e aquelas mais importantes (Santos, 1979: 227). Sendo que as cidades locais teriam recebido um impulso particular na segunda metade do século XX, com a “difusão de novos modelos de informação e de consumo agindo como fatores de dispersão espacial” (Santos, 1979: 243). Todavia, para responder a certos tipos de demanda, produzir-se-iam relações com a cidade intermediária, nestes termos: “Com efeito, no atual período tecnológico, a cidade regional, chamada ainda de cidade ‘média’, torna-se cidade intermediária. Seu poder de comando e sua influência sobre a região diminuem e ela se torna, cada vez mais, um relé da metrópole” (Santos, 1979: 243). Sua capacidade regional vê-se diminuída pela possibilidade de relação direta com a metrópole.

Então, os poderes de dispersão existem e se intensificam, reproduzindo de modo ampliado a influência metropolitana, concentradora da dinâmica econômica.

Podemos compreender esse processo de dispersão como Guy Debord, enquanto “uma maré de destruições, poluições, falsificações, que se estende por toda a superfície do planeta”: “em um mundo unificado, não é possível exilar-se” (Debord, 2002: 49). Junto aos processos de fragmentação e hierarquização, postos pelo processo modernizador da economia capitalista, subsistem a formação e a reprodução de uma base homogênea de tratamento da economia, da sociedade e da vida humana, que chega à produção do cotidiano. Pela economia, os espaços

são conectados uns aos outros e a vida cotidiana é a sobrevivência em reduzidos espaços, em todo e qualquer lugar. Uma nova forma de proletarização que atinge toda a sociedade: maculada pela redução do viver.

A dispersão, compreendida como expansão geográfica e reorganização espacial, supõe inversões em infra-estruturas materiais e sociais de ampla duração, proporcionando estratégias para absorver o excesso de capital (Harvey, 2004). David Harvey exemplifica:

Assim, durante a década dos trinta o governo norte-americano tratou de responder ao problema da sobreacumulação empreendendo obras públicas orientadas para o futuro em lugares até então subdesenvolvidos, com a clara intenção de reduzir o excesso de capital e força de trabalho então existente (Harvey, 2004: 80).

Entre as políticas estatistas, dos últimos decênios, visando à acumulação do capital, tem-se a adoção de políticas de privatização, observando que do patrimônio privatizado restam fragmentos ainda estatizados menos móveis do ponto de vista da circulação do capital, de difícil e lenta realização econômica.

Então, conceber as cidades pequenas e médias exige pensar uma economia do espaço e, valendo-me da argumentação de Harvey (2004), considerando: a) que a atividade capitalista produz um desenvolvimento geográfico desigual, sempre buscando custos menores e lucros maiores; b) que não há equilíbrio espacial, sendo que o processo de acumulação de capital é perpetuamente expansionista; c) que a localização espacial confere certa vantagem monopolista. E que ela é produzida (eis as infra-estruturas materiais, absorvendo muito capital); d) que as inovações tecnológicas alteraram substancialmente as condições de espacialidade (a fricção da distância); e) que, em síntese, dos processos moleculares da acumulação derivam as tensões entre concentração e dispersão; centralização e descentralização; imobilidade e movimento; dinamismo e inércia, etc.

Da argumentação substanciosa de Harvey, considerando o tema proposto, é importante ressaltar uma dialética surgida dos processos moleculares de acumulação do capital: o reforço a certa coerência espacial com “a criação de infra-estruturas materiais e sociais, tanto para respaldar a atividade econômica como para promover e assegurar valores culturais e educativos, assim como muitos outros aspectos da vida civil”, produzindo uma espécie de entidade regional. Neste sentido, os papéis das diversas cidades, nas suas diferenças, produziriam uma certa coerência; coerência, e não exatamente estabilidade, o tempo todo assuntada pela volatilidade inter-regional, pelos perigos de “crises itinerantes”, quando o capital reorienta os fluxos de capital de um espaço a outro, como modo de reduzir sobreacumulações e desvalorizações (Harvey, 2004: 101).

Aqui, uma síntese da pesquisa “Gestão pública estratégica de governos subnacionais frente aos processos de inserção internacional e integração latino-americana” (Barreto, 2004):

Verifica-se a intensificação de assimetrias entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, portanto uma crescente desigualdade, considerando a globalização e a integração produtiva, comercial e financeira (Barreto, 2004: 12). Neste contexto, as cidades emergem “como *locus* privilegiado de articulação entre instituições políticas, agentes econômicos privados e organizações não-governamentais.” Nas questões sociais e econômicas a cidade adquire um protagonismo: adotando estratégias de competitividade na atração de investimentos e os poderes locais devem promover essas possibilidades de inserção nos espaços econômicos globais. Entre os itens de inserção: a promoção econômica para o exterior e a concepção e implementação de projetos urbanísticos (Barreto, 2004: 12).

Estamos diante de novas relações bilaterais e multilaterais. Governos locais interagem com organismos de natureza intergovernamental. No caso brasileiro, a institucionalização desse tipo de relação avança com certa dificuldade, exigindo ajustamento do modelo federativo frente à autonomia municipal e estadual. A constituição de 1988 consagrou o município como ente federado e político, com maior autonomia financeira (Barreto, 2004: 13). Resta reconhecer um descompasso entre os planos jurídico-institucional, fiscal ou político e o plano econômico, na afirmação “dos governos locais enquanto novos atores nas relações internacionais” (Barreto, 2004: 14), através das cidades, envolvendo entidades supranacionais: o Mercosul, a Alca, a União Européia.

Chegamos às redes de cidades como núcleos emergentes no sistema internacional, o que subverte uma hierarquia convencional entre cidades pequenas e médias, a partir dos interesses econômicos globais. O estabelecimento de redes incide sobre a idéia da complementaridade numa unidade. A partir das últimas duas décadas do século XX, trata-se das organizações internacionais (políticas e financeiras, primordialmente) e dos blocos regionais estabelecerem relações no plano das redes de cidades, atravessando os Estados nacionais, tendo como foco vantagens e competências específicas, baseadas em parâmetros globais, mais que nacionais ou regionais (Barreto, 2004: 15).

Num misto de realidade e representação produz-se um par envolvendo competitividade e cooperação. Isto é, o exercício da competitividade, funda-se numa ideologia da cooperação (cooperação técnica e financeira internacional). Do que se trata é de “especialidade agrícola, ou de *agribusiness*, competências em ramos de tecnologia ou *high-tech* em serviços (bancos, comércio)” (Barreto, 2004: 15); e, considerando as restrições orçamentárias dos municípios, os financiamentos internacionais ganhando corpo.

Nos anos 80-90 do século XX, a desconcentração industrial é nuclear na compreensão do fenômeno industrial (inclusive, a partir de incentivos fiscais, definindo a interiorização da indústria em São Paulo, por exemplo), o que não se confunde com a descentralização industrial (a gestão do empreendimento continua localizada nas grandes metrópoles) (Lencioni, 2001). Nesse sentido, Sandra Lencioni fala em regiões metropolizadas: os elos com a metrópole não tendo sido rompidos. Segundo os resultados da pesquisa, os “pequenos municípios, mais precisamente, os médios, ganharam opções de consumo, lazer e vida noturna semelhantes às da metrópole. ‘Há uma homogeneidade no território e a antiga distinção entre capital e interior deixou de existir’” (Lencioni, 2001: 73), sendo que 95% da população do Estado de São Paulo é, neste momento, urbana.

Também se esboroa a distinção rural-urbana, já não somente porque a força de trabalho rural mora nas periferias das cidades –como o bóia-fria–, mas, nas últimas décadas, o meio rural vem ganhando novas funções –agrícolas e não-agrícolas–; “a agropecuária moderna e a agricultura de subsistência dividem espaço com um conjunto de atividades ligadas ao lazer, prestação de serviços e até à indústria, reduzindo, cada vez mais, os limites entre o rural e o urbano no País” (Izique, 2000: 48).

A considerar a reorientação das políticas do Banco Mundial, que passam a utilizar, nos anos de 1980, a estratégia da gestão urbana descentralizada, “privilegiando o local, mais que o nacional, e as pequenas cidades em relação às grandes cidades”, paradoxalmente equivale a um “enquadramento cada vez mais pesado dos aparelhos institucionais de gestão da cidade”, em todas as escalas territoriais (Osmont, 1995: 147). Trata-se de um tratamento da cidade como entidade social e política, comportando “o desenvolvimento municipal, apoiando-se na gestão urbana local” (Osmont, 1995: 8). Os projetos de desenvolvimento municipal remetem a políticas neoliberais, que definem desengajamento dos Estados, uma mutação do modelo tecnocrático centralizado, mas também equivalem à desconcentração dos poderes técnicos, até mesmo descentralização política, administrativa e orçamentária. Constituem-se as “hierarquias administradas”, definindo, sobretudo, os termos da “governança’ local, da organização que permitirá produzir uma cidade cujo funcionamento será conforme ao que se espera num conjunto macroeconômico nacional reestruturado” (Osmont, 1995: 281), e que envolve conceber projetos urbanos, cuja base é o tratamento da cidade como empresa-cidade. Dos 571 municípios no Estado de São Paulo, do final dos anos 1970, passa-se, nos anos 90, a 645 municípios paulistas. Situação que coincide com o avanço da agroindústria para a exportação e a desconcentração industrial, de modo geral, portanto, com a ampliação e intensificação dos processos de capitalização em todo o estado.

se se quer atrair os investimentos do setor privado em lugares precisos, é preciso sem dúvida melhorar a infra-estrutura, mas é preciso antes melhorar as capacidades de gestão das autoridades locais. É uma transformação em profundidade das modalidades da gestão urbana local [...] Ela é legitimada pela busca de uma melhor rentabilidade dos investimentos públicos e privados” (Osmont, 1995: 145).

O pesquisador Jacques Brun, professor de geografia das indústrias do Institut de Géographie, Paris I, avaliava, nos anos 90, que dessa situação derivou um descontrole da relação público-privado, em benefício de negociatas envolvendo os poderes locais, que reconduziam o trabalho informal e clandestino, miseravelmente remunerado.

Na indústria da construção, nos anos 1980, essas mudanças se fazem sentir, combinando grandes empresas internacionalizadas, enquanto grupos industriais polivalentes –que vão do estudo do projeto à gestão da obra– no papel de coordenação, e empresas locais especializadas. As fronteiras entre as atividades da construção e os serviços urbanos se diluem numa tentativa por parte dessas empresas de constituir uma oferta global, incluindo a concordância do poder político local, num contexto político-institucional descentralizado.

Os processos de capitalização intensificados de modo desconcentrado, as formas de política insistindo nesta desconcentração corroboram para a constituição de espaços de catástrofe das metrópoles, das cidades médias e das pequenas, com os desmembramentos municipais, a constituição de pequenas cidades e o aumento do tamanho das cidades. Altera-se a medida dos fenômenos urbanos, com a mobilização qualitativa da variável indiferente que é a quantidade de população.

A *Medida* é um *quantum* (quantidade determinada) específico, enquanto que não é externo, mas determinado pela natureza do objeto, pela qualidade.

Na transformação de um *quantum*, no seu crescimento ou decréscimo, que acontece no interior da medida, encontramos igualmente um processo de especificação, no qual o movimento indiferente, externo da grandeza para o alto ou para baixo da escala é determinado e modificado pela natureza da própria coisa.

Quando a “medida” de uma coisa é transformada, a própria coisa muda e cessa de ser aquela coisa particular que era, pelo fato de transpor além da medida –de crescer ou decrescer para fora dela (Hegel, 1995: 163).

Desse ponto de vista, as diferenças de tamanho passam a ter pertinência, não exatamente na manutenção dos equilíbrios espaciais, mas no desvendamento das formas de ruptura.

A teoria clássica das crises não desaparece. Ela ganha lugar naquela das catástrofes. Permite descrever e analisar os sintomas de uma eventualidade, a catástrofe. Determina as causas, e razões, de efeitos que vão além dessas causas e razões: o enfraquecimento das condições de estabilidade de uma morfologia, sua ruptura. [...] A teoria esclarece a desapareição das condições de estabilidade em um espaço determinado. A teoria das catástrofes permite explicar as estruturas e justifica dinamicamente sua aparição, sua estabilidade, seu fim. Ela reduz todo processo causativo a um só, cuja justificativa intuitiva não coloca problema: o conflito, pai segundo Heráclito de todas as coisas [...] Esta teoria é qualitativa, ignorando as considerações de escala como as leis somente quantitativas (Thom, 1974: 25 e 86).

O autor demonstra a generalidade de sua teoria e sua aplicação, não somente aos fenômenos físicos e naturais, mas aos fenômenos históricos e sociais: em todo lugar em que houver morfologia e topologia (Lefebvre, 1978: 257 e 258).

A idéia de morfologia estratificada comporta a hierarquia, uma certa estabilidade, mas o equilíbrio vê-se perturbado pelas formas e momentos de rupturas. Talvez fosse um modo interessante de visitar a bibliografia das hierarquias espaciais.

O conceito já expresso anteriormente de morfologia hierárquica estratificada (com sua implicação: o espaço de catástrofe) resulta das pesquisas já mencionadas de Thom. Ele se generaliza e se estende ao espaço social. A análise na sincronia (o atual) não interdita a análise diacrônica (história do espaço). Pelo contrário: uma leva à outra. A análise morfológica supõe a genética [...] Pode-se falar de morfologia estratificada cada vez que formas definidas, comportando unidades discretas, implicam-se umas nas outras, numa ordem definida (Lefebvre, 1978: 294).

Assim, admitir a hierarquia urbana como morfologia constatada, depois formalizada de maneira a fazer aparecer a implicação hierarquizada dos níveis. Sendo que: “A articulação, contrariamente à ideologia tecnocrática que abusa deste termo, não é somente um fato ‘positivo’ e uma solidez. Ela desencadeia efeitos negativos: rupturas, catástrofes” (Lefebvre, 1978: 295).

Com isso, pode-se superar a discussão do espacial como apenas próprio de uma lógica do espaço, em benefício da tentativa de pensar na possibilidade de uma dialética espacial.

É possível recuperar aqui a importância da escala numa política espacializada (Smith, 2000). Há uma conexão ativa entre as escalas. A escala não é um fato, mas é examinada no seu processo de produção e reprodução concretos; portanto, socialmente construída, o que questio-

na um neo-kantismo geográfico, entendendo a escala como construção de preferência metodológica do pesquisador.

A produção e reprodução contínuas da escala expressam tanto a disputa social quanto geográfica para estabelecer fronteiras entre diferentes lugares, localizações e sítios de experiência. A construção do lugar implica a produção da escala, na medida em que os lugares são diferenciados uns dos outros; a escala é critério de diferença, não tanto entre lugares como entre tipos diferentes de lugares [...] A escala geográfica é hierarquicamente produzida como parte das paisagens sociais e culturais, econômicas e políticas do capitalismo e do patriarcalismo contemporâneos. A questão é justamente não 'congelar' um conjunto de escalas como blocos de uma política espacializada, mas compreender os meios sociais e os propósitos políticos mediante os quais e para os quais esse congelamento das escalas é, todavia, realizado –embora transitoriamente. É melhor conceber essas diferentes escalas como encaixadas em vez de hierarquizadas, pois a ordenação hierárquica das escalas é séria candidata à abolição numa geografia social revolucionada (Smith, 2000: 142 e 144).

Considerando a economia e a política atuais, que equivalem a uma porosidade econômica crescente das fronteiras nacionais e a pulverização dos negócios, institucionalmente abrigados, o autor fala de geografias regionais reestruturadas nos anos 1980 e 1990, marcadas pela fluidez e flexibilidade (Smith, 2000: 153).

Assistimos a uma via que leva ao tratamento da cidade *per se*, quando seus problemas são aqueles que lhe são específicos e, ao mesmo tempo, os problemas mundiais que a atravessam, cujo discernimento e consciência coletiva são mais residuais.

A cidade aparece como sujeito: o grupo dominante; sua cultura; sua política; a ação popular ou seu silêncio de consentimento. No mundo da economia, que inclui a cidade francamente, ela se eleva a sujeito. Cidades populares, especialmente as pequenas, de inserção mais residual, passam a se tornar: econômicas –verdadeiros complexos produtivos–, o que pode substituir o grupo dominante, cultural –envolvendo aí a presença do turismo, que também altera substancialmente a inserção econômica e cultural de sua população; etc. É uma transformação social: a cidade se culturaliza, se economiza.

De toda forma, o ambiente agrário, a indústria, a gestão administrativa e financeira produzem relações que determinam mutações nas cidades. A gestão se torna cada vez mais dominante: enquanto centralidade administrativa e política.

Desta perspectiva, a noção de centralidade e periferia se torna importante: produz-se o tempo todo periferia, periferias diversas –inclusive em relação ao centro; e a centralidade inclui a multiplicação dos

centros, sua diferenciação, aspecto este fundamental: a centralidade é desigual, diferenciada, múltipla.

A centralidade da metrópole de São Paulo comporta centralidades subordinadas e complementares, como a macrometrópole, que envolve Sorocaba, São José dos Campos, Campinas e Santos. Há centralidades várias. As pequenas e médias cidades podem ser centralidades, centralidades subordinadas; São Paulo é a centralidade de todas essas centralidades. Há um imbricamento de centralidades e a produção concomitante de diferentes periferias. Periferias compreendidas como espaços da repetição de processos, sua redundância, quando o núcleo formador está alhures, e as centralidades decifradas como lugares de produção de novos processos econômicos, políticos, culturais, ainda que subordinados.

O processo geral de urbanização é um fenômeno múltiplo, diferenciado e multidimensional, de caráter mundial. E essa mundialidade atravessa inclusive as pequenas cidades. Os centros se multiplicam e os antigos centros se defendem reproduzindo de modos diferentes sua centralidade: diz-se de São Paulo se tornando uma centralidade financeira e de serviços, no momento em que a indústria se desconcentra. Há deterioração do produtivo nas grandes cidades, que se financiarizam primordialmente. Mas o produtivo não desaparece (eis em São Paulo, com o projeto do Rodoanel –anel viário projetado para circundar a metrópole–, a afirmação produtiva de São Paulo, sendo que o projeto inclui centros integrados de logística; na verdade, uma alteração da plataforma logística da metrópole). A produção vai em direção ao campo, às periferias, mas não completamente. E inversamente, a urbanização atinge o campo. Esse processo:

não é somente um programa geográfico, ou demográfico, ou sociológico, isto recobre todas estas disciplinas particulares e é um processo global, que solicita todas as ciências [...] A produção [...] se expande sobre o território... ela se difunde no território mas de uma maneira desigual; ela deixou a centralidade urbana que muda de caráter [...] É a extensão da urbanização ao território inteiro [...] Mas se as redes se estendem sobre o território inteiro, os nós [os elos] engendram cidades [...] entre os núcleos há espaços agrícolas. A rede não é uma urbanização homogênea, é alguma coisa de heterogênea, de diferenciada. A noção de diferenciação do espaço e de urbanização é extremamente importante [...] A dificuldade é de conseguir compreender as diferenças na homogeneidade; as periferias diferenciadas nas centralidades; trata-se de um processo complexo e dialético [...] Eu creio que isto não pode se imobilizar. Há sempre novas centralidades e novas periferias [...] Se em si, abstratamente, a produção se deslocaliza, com efeito ela permanece

ligada aos lugares, pois que são pessoas que trabalham [...] Uma produção é em si independente do lugar mas na realidade há população, trabalhadores, portanto habitações, escolas [...] e então lugares [...] Portanto, mesmo se em si, tecnicamente, a produção se deslocaliza, concretamente a produção permanece um fenômeno urbano (Renaudie, 1988).

Sobre o espaço de catástrofe: os agronegócios para exportação podem aparecer como espaço de catástrofe das pequenas cidades, que ganham uma centralização ampliada, nos processos econômicos globais. E, assim, se negam como tais, enquanto pequenas cidades baseadas em processos majoritariamente locais.

Inversamente, e enquanto prática e contestação políticas, o urbano como espaço de catástrofe do rural –os bóias-frias são o exemplo quase clássico– é revertido e invertido, com a mobilização a partir do agrário, cuja finalidade é a reforma agrária, na luta contra a propriedade privada da terra, através do embate com as grandes propriedades improdutivas –cujo estatuto de propriedades legais chega a ser questionado– e, inclusive, incluindo estratégias de controle de formas de comercialização e mercantilização dos produtos agrícolas produzidos. Assim, o rural pode ser o espaço de catástrofe do urbano.

BIBLIOGRAFIA

- Barreto, Maria Inês 2004 “Inserção internacional de governos locais” em *Revista Teoria e Debate* (São Paulo) Ano 17, N° 59.
- Debord, Guy 2002 *Panegírico* (São Paulo: Conrad Editora do Brasil).
- Harvey, David 2004 *El nuevo imperialismo* (Madri: Akal).
- Hegel, F. 1995 (1939) *Morceaux choisis* (Paris: Gallimard).
- Izique, Claudia 2000 “O novo rural brasileiro – reduziu-se o abismo tradicional entre meios urbanos e rurais” em *Fapesp Pesquisa* (São Paulo) abril.
- Lefebvre, Henri 1978 *De l’État – Les contradictions de l’État moderne* (Paris: Union Générale d’Éditions).
- Lencioni, Sandra 2001 “Produção no interior, gestão na capital” em *Fapesp Pesquisa* (São Paulo) N° 61. (entrevista a propósito de sua pesquisa “Emprego e exclusão social na reestruturação urbano-industrial do estado de São Paulo”, projeto financiado pela FAPESP).
- Lipietz, Alain 1983 *Le capital et son espace* (Paris: La Découverte/Maspero).
- Osmont, Annik 1995 *La banque mondiale et les villes – du développement à l’ajustement* (Paris: Karthala).

- Santos, Milton 1979 *O espaço dividido – os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos* (Rio de Janeiro: Francisco Alves).
- São Paulo 2004 *Avaliação ambiental estratégica do programa rodanel* (Governo do Estado de São Paulo).
- Serge, Renaudie 1988 “Henri Lefebvre. Une nouvelle positivité de l’urbain” em *Journé Ml* (Paris) (Entrevista com Henri Lefebvre).
- Smith, Neil 2000 “Contornos de uma política espacializada: veículos dos sem-teto e produção de escala geográfica” em Arantes, Antonio A. (org.) *O espaço da diferença* (São Paulo: Papirus).
- Thom, R. 1974 *Modeles mathématiques de la morfogênese* (Paris : Union Generale Dieditions).
- Vaneigem, Raoul 1996 *Nous qui désirons sans fin* (Paris: Gallimard).